

IDENTIFICAÇÃO E NOTIFICAÇÃO DE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS: UM ESTUDO JUNTO À ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) EM MESQUITA, RJ

Alunos: Vilson Bezerra Rodrigues e Carlos Daniel da Luz Barbosa
Orientadora: Sueli Bulhões da Silva

Introdução

Este estudo teve início em agosto de 2010 e integra a terceira etapa da pesquisa “*Estudo de um modelo de prevenção de doenças focado na comunidade: o papel dos agentes comunitários no Programa de Saúde da Família (PSF) no município de Mesquita – Rio de Janeiro*”, resultado de uma parceria entre os professores Dr. Rogério Meireles Pinto, da Universidade de Columbia (USA) e o Departamento de Serviço Social da PUC-Rio representado pela professora Dra. Sueli Bulhões da Silva. A necessidade de se estudar os procedimentos diante da suspeita ou real ocorrência de violência doméstica nas famílias acompanhadas pela equipe do PSF surgiu em reunião com a Coordenação do PSF de Mesquita por ocasião da apresentação parcial dos resultados obtidos na segunda etapa da pesquisa acima citada. Chamou a atenção da referida Coordenação o fato de que 86% dos Agentes Comunitários consideraram que obtiveram sucesso nas estratégias utilizadas para a prevenção de doenças como Tuberculose, Hipertensão e DST, bem como nas orientações quanto aos cuidados com a higiene em geral. Contudo, apenas 29% informaram obter sucesso nos encaminhamentos para os Conselhos Tutelares, Delegacia da Mulher ou outros órgãos de defesa de direitos.

No Brasil, os principais instrumentos legais que protegem grupos especialmente vulnerabilizados, como crianças, adolescentes, mulheres e idosos são: o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006); e o Estatuto do Idoso (10741/2003). De acordo com estes documentos a informação acerca da suspeita ou confirmação de violência deve ser, obrigatoriamente, realizada para que sejam tomadas medidas cabíveis em vista de cessar o processo violento.

Como a violência tem sido considerada uma questão de Saúde Pública, e como os profissionais de saúde são legalmente obrigados a notificar casos confirmados ou apenas suspeitos de violência, em especial os de violência doméstica, estudar a realidade dos profissionais do PSF do município de Mesquita no que diz respeito à identificação e notificação de ocorrência de violência doméstica contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos, além de preencher uma lacuna em relação ao conhecimento sobre tais processos, fornecerá importantes parâmetros para elaboração de diagnóstico local, formulação de políticas públicas adequadas e programas de formação continuada daqueles profissionais para enfrentamento do problema.

Objetivos: aprofundar o conhecimento do impacto das ações dos profissionais do PSF nas áreas de saúde e cidadania, a partir da análise do processo de identificação e notificação de violência doméstica contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos pelos profissionais do PSF de Mesquita, RJ.

Metodologia

Após um processo de revisão da literatura, com ênfase em trabalhos voltados para: (1) concepção e conhecimento de profissionais acerca da violência doméstica praticada contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos pelo setor saúde, em especial; (2) atenção a casos

deste tipo, em especial no que se refere à identificação de suspeitas e notificação aos órgãos competentes; (3) recursos, parceiros e interfaces do setor saúde na atenção a tais casos; procedeu-se à elaboração do instrumento de coleta dos dados – um questionário com perguntas abertas e fechadas, que foi pré-testado junto a um grupo de profissionais do PSF da favela da Rocinha e à elaboração do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os questionários foram respondidos por um total de 111 profissionais, sendo 86 do PSF e 25 do PACS.

Conclusões

Uma análise parcial dos dados já computados permitiu observar que, com relação aos 86 profissionais do PSF que responderam ao questionário (59 Agentes Comunitários, 11 Enfermeiros, 04 médicos, 09 Técnicos de Enfermagem, 02 Dentistas e 01 Auxiliar de Consultório Dentário), 56% informaram ter recebido capacitação na área de violência doméstica e 39% responderam que não. Dos que receberam capacitação, 42% informaram que os grupos abordados foram crianças, adolescentes, mulheres e idosos. Os demais 58% indicaram que a capacitação se voltou para um ou dois grupos a saber: só mulheres, só idosos, só crianças e adolescentes, ou mulheres e crianças, mulheres e idosos, crianças e idosos.

Quanto a conhecerem o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Maria da Penha e o Estatuto do Idoso, as respostas não mostraram muitas discrepâncias. Mais de 70% dos profissionais informaram conhecer os três instrumentos legais, contudo esta informação foi obtida, em sua grande maioria através de jornais, revistas, internet, TV e folhetos, o que sugere um conhecimento superficial dos mesmos. A ficha de notificação de violência doméstica, sexual e ou outras violências do Ministério da Saúde que deve ser obrigatoriamente preenchida diante de qualquer suspeita ou confirmação de violência é conhecida por 51% dos profissionais pesquisados e 49% informaram sua existência nas respectivas unidades.

Bibliografia

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei Federal 8.069/1990, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, Brasília, Ministério da Justiça, 1995.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**, Lei Federal 11.340/2006, de 07 de agosto de 2006, cria mecanismos para coibir a violência contra a mulher, Brasília, Ministério da Justiça, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE. **Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: um passo a mais na cidadania em saúde**, Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde, Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

SALIBA, O. et al . Responsabilidade do profissional de saúde sobre a notificação de casos de violência doméstica. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 3, June 2007. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102007000300021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 de junho de 2010.

SILVA, S. B.; PINTO, R.M. **Estudo de um modelo de prevenção de doenças focado na comunidade: o papel dos agentes comunitários no Programa de Saúde da Família (PSF)**, relatório de pesquisa, Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009 (Mimeografado).